

5

Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra – ESG

BRASÍLIA, DF, 12 DE JULHO DE 2000

Senhor General-de-Divisão Alberto Mendes Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência; Excelentíssimo Senhor General-de-divisão, Théó Espíndola Basto, Comandante da Escola Superior de Guerra; Senhores Oficiais-Generais; Senhores Oficiais; Senhoras e Senhores,

Para mim sempre é uma satisfação poder ter a oportunidade de um contato direto com os estagiários da Escola Superior de Guerra e conversar, como costumo fazer, de uma maneira aberta, franca, sobre alguns dos temas que, normalmente, dizem respeito às grandes questões nacionais.

Tenho repetido essa experiência, não só com os estagiários da Escola Superior de Guerra mas, também, no que diz respeito a boa parte das nossas Forças Armadas, nos vários cursos das várias Armas. E tem sido sempre, para mim, muito importante poder ter esse contato pessoal e direto.

Desculpem-me por um leve atraso. Estou chegando de São Paulo e não queria deixar de aproveitar todos os instantes de que dispomos

para, mesmo que seja de uma maneira rápida, transmitir aos que me estão ouvindo a minha visão a respeito de alguns problemas que são cruciais para o Brasil e para o nosso tempo.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às grandes questões internacionais, talvez eu reitere matéria que já seja do conhecimento dos Senhores e das Senhoras, mas acho que é importante começar por uma análise da conjuntura internacional.

Depois do fim da Guerra Fria, quando imaginávamos que partiríamos para um mundo multipolar, estamos assistindo à formação de um mundo praticamente unipolar, embora, ao dizer que o mundo seja unipolar, eu não esteja expressando a existência de homogeneidade ao redor dos interesses que se espriam pelo globo, mas estou expressando, apenas, o fato de que os Estados Unidos, que são um país dominante, nesse momento, na cena internacional, levam uma dianteira tão grande em termos tecnológicos, militares, econômicos e até mesmo culturais, que se tem a impressão de existir uma única direção.

Impressão talvez enganosa porque, na verdade, nunca, na História, esse fenômeno se deu dessa forma. Talvez lá atrás, na época da dominação romana – mas, mesmo lá, evidentemente, havia outros pólos, como ainda hoje os há, pelo mundo afora.

Mas coloca-se um problema, que é mais complexo, nesse momento. É que ao lado da existência a que acabo de me referir, que é uma obviedade, existe um outro processo, que ultrapassa fronteiras e, de alguma maneira, condiciona as nossas reflexões sobre a conjuntura internacional e, até mesmo, sobre conjunturas nacionais. É o que diz respeito ao que aqui se deu por chamar de “globalização”.

Esse processo, muitas vezes, se confunde, porque tem várias dimensões. Obviamente, a Humanidade já conheceu, em outros momentos da História, a expansão de mercados. A própria descoberta do Brasil é fruto de uma expansão do mercado. O mercado capitalista europeu, na sua fase de expansão comercial, deu margem a que houvesse os grandes descobrimentos como busca de rotas de comércio, os quais resultaram na integração de porções não conhecidas pelo mundo até então vigente, o mundo ocidental da época, e que

passaram a se incorporar numa expansão grande. Tiveram como resultado não apenas a descoberta, por parte dos europeus, de civilizações existentes na China e na Ásia em geral, mas a incorporação das Américas e, mais tarde, da África e assim por diante.

Portanto, a novidade não está na existência de um processo simplesmente de expansão comercial ou mesmo de expansão industrial – já houve a expansão industrial. Essa expansão industrial se delineava já no século XIX. No século XX, na primeira metade do século XX, já era claro que haveria uma expansão industrial e havia vários pólos de desenvolvimento industrial no mundo. Com a característica, na época, de que havia uma forte concentração de produção industrial nos países mais desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos e, mais tarde, no Japão.

Esses pólos de industrialização de alguma maneira se relacionavam com o resto do mundo, em termos de intercâmbio, em que se trocavam matérias-primas e produtos primários por produtos industrializados. Havia, portanto, já um movimento de globalização e bastante assimétrico, já que baseado numa diferença muito grande de sistemas produtivos.

Pois bem, é a isso que nos referimos hoje, quando falamos de globalização, porque são fenômenos já normais do desenvolvimento da História dos últimos séculos. Nós nos referimos mais diretamente a dois processos, que têm conseqüências muito importantes. Quais são esses dois processos? O primeiro é uma revolução tecnológica muito grande, também conhecida por todos: revolução no sistema de comunicações, revolução no sistema de transporte, mais tarde a questão dos computadores, da Internet, a possibilidade, portanto, de comunicação, em tempo real, em qualquer que seja o setor do globo em que as pessoas se encontrem, e mesmo fora do globo.

Isso produziu uma transformação imensa, porque teve conseqüências sobre o processo econômico. Foi possível reorganizar a produção a partir desse fato. Foi possível haver uma redistribuição, uma nova divisão internacional do trabalho, inclusive do trabalho produtivo, em função da possibilidade de controles remotos e de infor-

mação instantânea de um setor do globo para outro setor do globo. Esse é um condicionante importante.

Mas o outro, que é o mais impactante hoje, em função mesmo das transformações tecnológicas, é o fato de que houve uma imensa mobilidade do sistema financeiro, dos capitais que se deslocaram no espaço com uma rapidez muito grande.

Se olharmos os dados – não vou aqui me referir a dados, porque não creio que seja o caso – vamos ver que a quantidade de recursos que, hoje, vai de um país para o outro é da ordem de mais de 600 bilhões de dólares ao ano. Refiro-me ao investimento direto. Isso é um fato absolutamente inusitado. Sem pensar no outro, que é do capital financeiro propriamente dito – porque eu me referi a 600 bilhões de dólares de investimento – onde se chega à casa dos trilhões com os movimentos que ocorrem no mundo.

E isso tudo teve conseqüências imensas. Houve deslocamentos de centros de produção, deslocamento de centros de concentração de riqueza e de poder. Por outro lado, esse processo mostra, hoje, que as fronteiras nacionais são insuficientes para conter os fluxos de capital e, mesmo, os fluxos de investimento. E os países deixaram de ser pensados por eles próprios, de forma autárquica, porque o sistema produtivo se diversificou.

Para dar um exemplo que é nosso – talvez os mais cheios de êxitos e produtos mais recentes, nossos –, são os aviões que fabricamos aqui e estamos vendendo. A asa é feita na Espanha. Um pedaço do trem de aterrissagem é feito no Chile, e por aí vai, para dar um exemplo direto nosso. Mas isso é geral. No mundo, hoje, isso é geral. Os componentes se distribuem pelo mundo afora.

Então, estamos diante, efetivamente, de um mundo que é novo, nesse sentido. Não por causa da expansão comercial, da expansão do capitalismo, que vem de séculos, mas a forma que essa expansão assume hoje e que integrou partes distantes do planeta.

É por isso que esse mundo unipolar se transformou em algo nunca visto: porque, apesar de toda essa transformação, existe uma certa concentração de riqueza e de poder num dos pólos. Mas não é o

único. Não é o único e, certamente, o que nós estamos assistindo agora é que –, se bem que exista essa modificação imensa na base produtiva e nos processos que chamamos de globalização, que são os que já citei –, existe uma espécie de déficit de decisões em nível global.

O mundo se interligou no plano produtivo, no plano econômico, às vezes, até mesmo no plano cultural. A transmissão de idéias é muito rápida, mas os pólos de decisão não existem, com legitimidade, em nível internacional. O grande instrumento dessa legitimação foi o criado depois da Segunda Guerra Mundial, que foi o sistema Organização das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. De alguma maneira, passou a ficar pequeno, diante das mudanças rápidas que ocorrem, dos desafios que ocorrem e do poderio que se concentrou não apenas num país mas num grupo de países. Normalmente se fala do G-7, G-8, como um exemplo. Evidentemente há mais países que pesam nesse contexto, mas obviamente eles dispõem de uma capacidade de decisão e de reação que é mais rápida do que o mecanismo de decisão e de reação daquele mecanismo formal, que é o sistema das Nações Unidas e mesmo do que o Conselho de Segurança da ONU.

Tanto é assim que, na última crise que nós vimos, na Europa, o papel do Conselho de Segurança foi um papel relativamente modesto diante das decisões tomadas pela União Européia e, até mesmo, por países individuais. E nós já tínhamos assistido ao mesmo processo na Guerra do Golfo.

Há, portanto – foi a expressão que usei – uma espécie de déficit de governabilidade mundial, ao mesmo tempo que existe um enorme entrosamento do sistema produtivo internacional, até mesmo pelos mecanismos de transferência cultural da sociabilidade em nível internacional. As organizações não-governamentais operam, hoje, com muita velocidade e o fazem transnacionalmente. Assim como operam as organizações produtivas. Os Estados Nacionais têm mais dificuldade de uma ação coordenada. E não existe um mecanismo definido nisso.

Estamos assistindo, ainda, a uma redefinição desse processo, também nesse nível político. Essa redefinição se está dando por meio de blocos regionais. A União Européia é um bloco regional. Ela, no seu

conjunto, hoje, tem um peso equivalente aos Estados Unidos, talvez ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta. Nós, aqui, estamos no Mercosul, que é outro bloco regional, para mencionar os blocos que nos interessam de forma mais imediata.

Esses blocos regionais têm uma importância estratégica. Não apenas porque eles fazem parte do movimento de globalização do sistema produtivo, mas porque fazem parte, também, embora não se tenha, talvez, consciência de todas as conseqüências disso, de uma nova organização política, de sistemas decisórios e mecanismos de reagir aos sistemas decisórios. E, se eu pudesse ousar dizer, diria: que se contrapõem à unipolaridade.

Obviamente, no nosso caso, estamos diretamente envolvidos no bloco chamado Mercosul. E a política brasileira, nesse sentido, é uma política clara de fortalecimento do Mercosul, de integração no Mercosul, de expansão desses mecanismos do Mercosul e de busca de relacionamento com os outros blocos o quanto possível, escudados no *label*, na marca Mercosul.

Temos feito um grande esforço com a União Européia. Há, desde 95, um acordo-quadro entre a União Européia e o Mercosul, e estamos propugnando a formação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Com todas as dificuldades que daí advêm – pelas diferenças de interesse econômico direto, pela possibilidade de acesso a mercados dos produtos agrícolas nossos, que encontram dificuldades, por parte do protecionismo europeu e por outras dificuldades mais –, avança-se, a despeito disso, nessa direção. Da mesma maneira como os Estados Unidos propugnam a Área de Livre Comércio das Américas – Alca, que é a integração hemisférica.

E a posição do Brasil é de compreensão desse processo de integração hemisférica. Mas é uma preocupação de que essas negociações, que serão definidas em 2005, sejam, como se diz na linguagem diplomática, que levem em consideração um *single undertaking*, quer dizer, não é para negociar um pedacinho e não outro. Abrem-se os serviços aqui, mas o aço do Brasil não entra lá. Isso não. Ou se discute tudo ou, então, não há o acordo. O acordo tem que ser um acordo global.

Obviamente, depois da reunião que tivemos em Belo Horizonte, com os países da América Latina, que se alinharam à nossa posição, e do reforço do Mercosul nessa mesma direção, estamos ganhando capacidade negociadora. Da mesma maneira, nos interessa a ligação com a União Européia porque, também, se assegura capacidade negociadora nesses processos.

Esses processos existem. São, talvez, a forma de redistribuição do poder no mundo contemporâneo, mas eles requerem cuidados porque o interesse nacional não desaparece. Embora o Estado Nacional disponha, hoje, de menos recursos, no sentido de poder se isolar como autarquia, porque o processo econômico não permite isso; nem os processos culturais, nem os meios de comunicação – isso não quer dizer que o interesse nacional não exista e que, portanto, em cada passo a ser dado não se pergunte, primeiro, qual é o interesse nacional e de que maneira ele pode ser melhor resguardado, neste mundo que é, como já descrevi, um mundo difícil, em que há uma reorganização, não só da produção mas, também, do equilíbrio de poder.

Isso só se verá mais claro no decorrer deste século em que nós estamos entrando agora, quando vamos ver de que forma se vai configurar o mundo pós-queda do muro de Berlim. Vai, realmente, ser um mundo em que será possível maior espaço para que os interesses dos distintos blocos e dos distintos países se apresentem com legitimidade, na arena internacional, ou vai ser um mundo que não dará espaço para isso?. Obviamente, vamos trabalhar para que haja espaço.

E curiosamente – curiosamente, não – mas é de notar que já se verificam vários mecanismos que são de distribuição de poder no mundo, que não aparecem como formais mas que têm importância. Eu me referi ao G-7, ao G-8. Recentemente, há uns dois anos, foi criado, inclusive por insistência nossa – e não só, obviamente – um outro grupo chamado G-20, que já inclui os países ditos emergentes ou que estão em processo de desenvolvimento e que discute questões relativas ao controle dos mecanismos financeiros; à renegociação de todas as instituições que foram criadas depois da Segunda Grande Guerra, em Bretton Woods; ao papel do Banco Mundial; o papel do

Fundo Monetário Internacional; discute também até que ponto será possível haver maior transparência e maior credibilidade nas contas dos países, não só dos emergentes, mas também dos desenvolvidos; bem como os efeitos que as perturbações no mercado financeiro podem ocasionar, mesmo nos grandes países ou principalmente neles, pode ocasionar nos países que estão em processo de crescimento, ou naqueles que não têm nenhuma condição, ainda, de uma integração nesse processo mais global, como muitos países africanos e alguns sul-americanos ou latino-americanos.

Enfim, se discute, nesses grupos que estão em elaboração, digamos, a arquitetura desse novo sistema não só financeiro, que é o que se costuma dizer, mas o sistema político internacional. E o Brasil não pode ficar alheio a essa discussão. E não pode apenas esperar pelas conseqüências dela. Tem que participar da discussão e tem que ter uma posição ativa na construção dessa nova ordem.

Portanto, não vejo a nova ordem em elaboração como uma ordem da qual o Brasil tenha que ser excluído. Pelo contrário. O Brasil é um país que tem condições razoáveis para, também sem nenhuma vocação hegemônica – porque não a temos –, mas para ter uma participação ativa nessa renegociação da ordem econômica e da ordem política internacional.

Toda a nossa diplomacia está orientada nessa direção. E a minha ação pessoal, como Presidente, também está orientada nessa direção, na direção de termos, de constituirmos a possibilidade de uma presença mais favorável aos interesses nacionais, nas condições em que o mundo existe hoje e não nas condições do passado, porque o passado é o passado. Temos que olhar do presente para o futuro, mas criando os espaços necessários para que o Brasil possa aí ter uma inserção positiva para o nosso povo e positiva para o conjunto dos países do bloco ao qual pertencemos.

Convoquei, agora, uma reunião aqui, em Brasília, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, dos Presidentes da América do Sul. É a primeira vez que se faz isso. Não se trata da América Latina nem do Mercosul, mas América do Sul. Por que América do Sul? Porque é a

nossa circunstância geográfica e histórica e é o nosso espaço de diálogo econômico, cultural, político e, também, porque precisamos, nessa visão de que o futuro vai depender da nossa capacidade de estarmos integrados no nosso bloco e termos uma ação proativa sobre o plano universal, de que essa integração se faça de uma maneira que seja positiva.

Daí porque, na reunião dos Presidentes que convoquei, pedi ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, que preparasse – como fizemos no Brasil com o Programa Avança Brasil – uma programação, um planejamento para que possamos ver o que vai acontecer nas próximas décadas, em termos de energia, de transporte, de telecomunicações, de regulação de todas essas áreas. Em termos, enfim, das leis que são necessárias para que haja a possibilidade de uma mais rápida integração, a mobilização de recursos para que isso ocorra, para que nós possamos integrar, efetivamente, o País num espaço maior, até mesmo do que o Mercosul, que precisa de um espaço como o da América do Sul.

Obviamente, se fizemos isso nesse momento, isso não quer dizer que o Brasil não tenha uma posição muito favorável, muito ativa, na América Latina, e que um parceiro como o México, por exemplo, não seja bastante importante para o Brasil, porque é. E me apraz muito dizer que o novo Presidente do México, na primeira declaração que fez – me fez pelo telefone e reiterou pelos jornais – busca um contato com o Brasil, com o Mercosul, porque aquele país faz parte desse sistema, também. E, como nós costumamos dizer, na linguagem do Itamaraty, trata-se de uma integração, de um regionalismo aberto. Não se trata de um isolamento regional, mas de um regionalismo que permita uma abertura maior.

E, como o Brasil é o país, na nossa área, mais populoso, maior geograficamente e mais rico economicamente, ele não pode, também, ter a pretensão de, para poder ter um papel importante, construtivo, no novo mundo, de exercer hegemonias baseadas em idéias de mera grandeza nacional, de imposição da nossa vontade, porque não é assim que o mundo se desenvolve hoje. Tem que ser um mundo, no nosso

plano aqui, cooperativo, um mundo efetivamente integrador, e que tenhamos as cartas na mesa, juntamente com os nossos parceiros.

Também é óbvio que, nesse processo, a relação do Brasil com a Argentina é uma relação-chave. E por sorte, para nós, a relação é muito positiva, é crescentemente positiva a do Brasil com a Argentina. Estamos, agora, fazendo um grande esforço, juntamente com os nossos parceiros do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, que se integrou a esse mecanismo, um grande esforço para que o Chile possa se aproximar ainda mais desse bloco do Mercosul.

Por coincidência, ainda hoje receberei o Presidente do Chile para jantar, na primeira visita oficial que ele nos faz e, certamente, esses temas vão ser discutidos. Claro, existem muitos problemas de ordem técnica, de ordem econômica. Não é o caso de discutir agora. Não se trata de uma integração fácil, mas é uma integração desejável para o nosso subcontinente e para os interesses de cada uma das nossas nações.

Esse processo todo, no qual estamos nos situando, não é um processo que se faça com menosprezo por outras áreas que não são as áreas aqui mencionadas. Para o Brasil, a África – sobretudo a África Austral – vai ser sempre uma área de interesse. Também não por acaso, domingo que vem irei para Moçambique. É importante que o Brasil tenha uma presença, sobretudo na África de língua portuguesa, e uma relação muito sólida com a África do Sul, com a Namíbia, com a parte sul da África.

Temos uma política, também, muito clara, de amizade com os países da Ásia. O Japão já é um investidor importante no Brasil. Temos uma população de origem nipônica importante no Brasil. A China e a Índia. E não deixamos de lado os países do Sudeste da Ásia – a Malásia e outros mais, como a Indonésia – mas China e Japão, principalmente, para o nosso caso, são países importantes para o Brasil como para o Mercosul. Como lhes disse, estive no almoço lá, com o Rei da Espanha em São Paulo, e com o Ministro do Exterior da Espanha, e eles reafirmaram o interesse até de uma ação cooperativa com o Brasil, no nosso relacionamento com alguns desses países da Ásia.

Portanto, é um regionalismo realmente aberto. Mas, para que possamos, nesse novo mundo que se está desenhando, ter uma presença construtiva e ativa, obviamente nós temos questões decisivas que são internas. Temos que ter condições internas de crescimento econômico, de combate à pobreza, de maior igualdade social, de melhoria das condições de vida, de melhoria da educação e assim por diante, para que nós possamos, realmente, participar desse mundo novo no qual o conhecimento é decisivo para as chances de uma sobrevivência política ativa e mesmo para a chance de desenvolvimento econômico e tudo o mais.

E isso requer – ou, no nosso caso, requereu – muitas transformações, porque toda a nossa História sofreu como que um corte. A nossa História, no passado, e era normal que assim fosse, estava baseada – eu vou exagerar – quase na idéia de autarquia: “Vamos produzir nós mesmos tudo o que precisamos, aqui dentro. O petróleo tem que ser extraído aqui, a energia mais do que o petróleo”. Pouco a pouco, isso foi mudando, não de agora. Começou a mudar com Itaipu. Hoje, já é muito mais ampla a idéia de que se tem que trazer energia elétrica da Argentina, energia elétrica da Venezuela, gás da Bolívia, gás da Argentina, e por aí vai. Mas, no passado, não se pensava assim. Nem isso era algo que se vislumbrasse como um caminho. Vislumbrava-se, ao contrário, uma autarquização.

Assim como houve essa mudança de visão, pelas novas condições de produção do mundo, também houve uma mudança de visão no que diz respeito às fontes para assegurar um crescimento econômico que permita o desempenho do País num nível de satisfação que a população requer e de presença no Brasil como nação, no contexto internacional.

Num dado momento da nossa História, nós capitalizamos fortemente, por meio do Estado. Não havia alternativa. Não vou entrar em detalhes, porque o processo é conhecido das senhoras e dos senhores. Não teria sido possível fazer a produção de aço no Brasil, não fosse uma ação do Estado. Aliás, no tempo de Getúlio Vargas tentou-se sem o Estado. Volta Redonda não nasceu como empresa

estatal. Foi uma tentativa de empresa privada. Sempre houve uma busca de apoio americano para essa empresa, para investimento direto. A resposta era a de que o Brasil não era um país bom para a produção de aço plano, ou sei lá do quê. Era bom para importar, mas não para produzir, não tinha mercado para produzir. Então, o recurso foi o Estado investir, e ele criou uma tecnologia competente, aproveitou os quadros técnicos e desenvolveu.

A mesma coisa foi com o petróleo. Não havia alternativa, tinha-se que fazer o que foi feito. Criou-se um monopólio de Estado para que fosse possível acumular os recursos. Como é que eles foram acumulados? Como é que se fizeram o sistema telefônico e o sistema de energia? Pelo imposto. E não havia outro caminho. Era imposto. Vendia-se o telefone, você recebia uma ação da empresa e um capital que desapareceu, do tempo da maioria daqueles que tinham esses papéis, mas foi uma forma de imposto. Pagava-se na conta ou onde fosse, pela capitalização. E foi correto. Porque havia que capitalizar, havia que fazer, havia que crescer.

Acontece que com o processo que alguns economistas chamam de “crise fiscal do Estado”, o Estado, ao invés de ser um instrumento de captação de recursos, passou a ser um instrumento de dívida. Quer dizer, o Estado ficou fortemente endividado. Quando se olha o que acontece com a formação de capital no Brasil, vai se ver que o setor estatal, basicamente a partir dos anos 80, passa a ser um capital negativo. Quer dizer, o Estado deve. Ao invés de ter acumulação, ele passa a ser devedor.

E o sistema produtivo nacional ficou bastante abalado. Quando se olham os dados relativos, o melhor indicador é formação bruta de capital fixo. Em certos momentos, tínhamos chegado a 23%, 24% do Produto Bruto, era o que se investia todo ano. Desse 23%, 24%, uma parcela importante vinha do setor público, outra parcela do setor privado. Mas uma parcela importante vinha do setor público. Com o tempo, fomos caindo no investimento, e chegamos a 13%. Só agora, nesta década, nós nos recuperamos e provavelmente, agora, estamos andando por volta dos 20%.

Quando se olham os dados, vê-se hoje a falta que ainda faz a poupança pública – continuamos endividados, o Estado continua endividado. A falta de poupança pública foi suprida pela vinda de investimento estrangeiro.

No último ano, o investimento estrangeiro direto atingiu 30 bilhões de dólares. No tempo em que fui Ministro da Fazenda, o investimento estrangeiro era de 1,2 bilhões de dólares. Agora, a gente recebeu, nos últimos meses, 2 bilhões por mês, de investimento direto. E esse investimento não é privatização. Privatização é uma parte pequena, hoje, desse investimento. É investimento que vem, e também não é só da grande empresa. Quando se olham os dados do Banco Central, vê-se que todos os dias entra investimento direto – não me refiro a empréstimo, dinheiro para indústria, para serviço – são 20 milhões, 30 milhões, 40 milhões. É muita gente investindo, muitas empresas investindo.

Bom, 30 bilhões por ano é uma soma importante. Só que – já lhes dei a informação – a formação bruta do capital fixo é 20% do PIB. Se imaginarmos que o PIB, depois da desvalorização, deve ser da ordem de 700, 750 milhões de dólares, isso significa que 20%... para ser mais fácil, 700. São 140 bilhões – eu estou falando em dólar – 140 bilhões de dólares.

Ora, 30 bilhões é o que é investimento de fora, 110 bilhões são daqui. Todos os anos, estamos investindo 110 bilhões de dólares. Daí que a idéia que alguns têm, de que está havendo uma desnacionalização, é superficial. Temos que olhar os dados, no seu conjunto, para verificar qual é o processo que está efetivamente ocorrendo. Está havendo, sim, uma presença de capital estrangeiro que, de alguma maneira, supriu a falta da poupança pública, mas não houve o esmorecimento da poupança privada. Ao contrário, ela cresceu, ela continua crescendo.

Mas não é só isso. Não se trata apenas, para poder fazer face aos desafios do mundo contemporâneo, não se trata apenas de fazer investimento. É preciso fazer muitas outras transformações, que é o que temos tentado fazer, em alguns casos com êxito, outros com menos êxito.

O Estado teve que modificar a sua estrutura. Em que sentido? É que, se vai haver menor participação do investimento direto do Estado, se

vai haver maior participação do setor privado, no investimento – privado nacional e privado estrangeiro –, isso não quer dizer que o interesse da população não tenha que ser cuidado. O interesse nacional continua também existindo. Então, nós criamos as agências controladoras, os órgãos reguladores.

Quer dizer, na medida em que os Ministérios deixaram de ter a função de eles próprios serem gestores de empresa ou investidores diretos, eles não deixaram de ser os Ministérios? Sim, deixaram, mas o Estado não deixou de ter a ação reguladora. Olhando o quê? Olhando o consumidor, o interesse do consumidor e o interesse do País a médio e longo prazos. E esse órgão tem que ser forte, tem que ser poderoso, porque vai se confrontar com interesses produtivos muito grandes. Daí porque, na nomeação dos gestores desses órgãos, fiz questão de frisar sempre que a gestão tem que ser de pessoas com capacitação técnica. Não podem vir porque são de tal ou qual partido – podem até ser, mas não é por isso que vêm, e acho nem são – não é por isso que vêm, e têm que passar pelo crivo do Senado, para ter uma delegação de poder que seja mais, digamos, aberta, mais transparente aos setores políticos, aí, sim, é que vão olhar a condução dessas políticas de uma maneira ampla.

Criamos a Agência Nacional do Petróleo, criamos a Agência Nacional de Telecomunicações, criamos a Agência Nacional de Energia Elétrica, criamos a Agência Nacional de Águas, criamos a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Estamos criando a Agência Nacional de Transportes – uma ou duas, não sei ainda – e por aí vai. Quer dizer, estamos criando uma série de órgãos que possam fazer face ao novo momento da História do Brasil. Isto é que é a mudança da estrutura do Estado. Não é a questão da administração, do funcionário que é muito importante, mas é de outra natureza. Aqui, é a estrutura do Estado. O setor, antigamente, de produção direta passa a ser um gestor controlador, mas passa a ter uma função mais difícil e talvez mais importante até porque lhe diz respeito, tem que olhar não para o lucro da empresa, mas para o que a empresa dá para o País, o que dá para o povo do Brasil.

Em alguns casos, o processo avançou. No caso da telefonia, é visível o que está acontecendo. Houve um aumento muito grande de investimentos e, hoje, por exemplo, a telefonia celular passou de 600 mil celulares para 18 milhões de celulares em três anos. E o atendimento à demanda reprimida de telefone fixo foi imensa, embora o telefone celular tenha tido um desenvolvimento até maior, em termos de taxa de crescimento, do que o telefone fixo e os preços tenham caído consistentemente. Antes de ter a telefonia, ter um telefone implicava colocar na relação dos bens no Imposto de Renda um telefone. Hoje, isso sumiu porque o acesso é mais fácil, é mais barato e se popularizou, pelo menos sob a forma de telefone celular. E esses órgãos que controlam são obrigados a controlar a universalização do serviços.

Ainda na próxima semana – eu creio, ou nessa, nem me lembro – o Ministro Pimenta da Veiga vai me telefonar de uma aldeia indígena lá no Amazonas, que vai ter telefone, telefone celular, e as empresas são obrigadas a colocar, pelos contratos, telefones públicos em cada município de mil habitantes. Em cada grupo de 300 habitantes tem que haver um telefone, algo assim, não sei exatamente o número. Mas o fato é que existe uma preocupação social, quer dizer, é preciso que haja um atendimento à população.

Obviamente, no caso do petróleo, a Agência Nacional do Petróleo tem, também, a função reguladora importante. A Petrobras passou a ter competição. Na semana passada, anunciei que a Petrobras, na Bacia de Campos, passou a produzir 1 milhão de barris e, no seu conjunto, 1 milhão e 300 mil barris. Conseguimos financiamento japonês, basicamente, e talvez seja o maior contrato de financiamento da nossa História – não sei quantos países terão uma proporção dessas – de 4 bilhões e 500 milhões de dólares para assegurar a expansão da produção da Petrobras de tal maneira que nos próximos 3 ou 4 anos possamos atingir 1 milhão e 850 mil ou 1 milhão e 800 mil barris por dia, aproximando-nos da auto-suficiência do petróleo. Tomara que não consigamos já, porque se não conseguirmos já, quer dizer que a expansão do consumo foi maior ainda, então isso vai incentivar a produzir mais, etc. E isso é só a Petrobras, porque o

resultado do investimento estrangeiro no petróleo, por enquanto, não aparece em termos de produção. Aparece noutros termos. Quais termos? Está aí, de novo, a Agência Nacional do Petróleo: é que existe compromisso da contratação de uma certa porcentagem: 40, 50, 60% dos equipamentos em indústrias do Brasil. Então, a Agência Nacional do Petróleo tem que olhar nos contratos que faz se, efetivamente, as empresas ao investir estão ampliando a produção.

A Anatel não tem – suponho – nos contratos, esse mesmo tipo de compromisso, mas o BNDES, sim. E, ao mesmo tempo em que está havendo a expansão da rede de telefonias, está havendo a expansão da produção de componentes de telefones. Está havendo, agora, a expansão da exportação de componentes e de telefones. Enfim, há uma toda transformação na estrutura produtiva que está em marcha e que requer uma ação competente do Estado. Requer uma ação permanente do Estado, e competente. Portanto – se bem que eu disse que o Estado Nacional tem menos condições de um certo tipo de política, por causa das transformações a que já me referi no início da palestra –, isso não quer dizer que ele não tenha até mais condições de ação, numa outra visão, e para outros tipos de responsabilidades que são responsabilidades do Estado.

Obviamente, essa modernização do Estado (descrevi só alguns aspectos), implica muitas outras modificações. É claro que na área de educação, na área de saúde, na área de questões de terra, não se trata de privatização nem de terceirização, trata-se, ao contrário, de um Estado menos clientelista e menos corporativo.

Aí o tema é outro. Se, no caso do setor produtivo, o tema é a criação de agências competentes, e suscitar investimentos que produzem efeitos em cadeias no setor produtivo nacional, no caso das áreas sociais, a questão é de outra natureza, é descentralização. Estamos fazendo fortemente a descentralização, para suscitar que o controle da sociedade aumente. Permitam-me duas ou três reflexões sobre essa questão. Questão delicadíssima, a da descentralização.

Da mesma maneira que no passado, o Estado centralizava investindo – centralizar é forte, mas tinha uma boa proporção do investi-

mento e das regras, etc. Também o Estado Nacional central, a União, tinha uma ação direta em alguns aspectos da saúde e da educação. Com a Constituição de 88, isso começou a ser modificado.

Na questão da saúde, a Constituição de 88 criou o Sistema Único de Saúde. Esse Sistema Único de Saúde está sendo implementado pelo meu governo. Era um desenho da Constituição. Havia algumas tentativas mas não tinha sido implementado. Agora está sendo implementado.

O que significa isso? Significa que o Governo Federal passa recursos para os estados e municípios, que têm que executar uma série de, enfim, de funções. Esses recursos, em parte, vão diretamente para a questão da medicina curativa, hospitais, ambulatórios. Outra parte é para a medicina preventiva.

No meu governo, estamos dando ênfase à medicina preventiva. Não é que não estejamos fazendo a curativa, o SUS está tendo um aumento grande. Na saúde, o crescimento do investimento passou de 14 bilhões para 20 bilhões de reais. E a saúde gasta quase a metade do dinheiro disponível do Governo Federal, para custeio e investimento, quase a metade, são 40 e tantos por cento. Bom, mas esse recurso é transferido. É transferido de acordo com certos critérios. O Ministério da Saúde tem certas normas. Alguns municípios têm o que chamam de gestão plena. Outros não têm a gestão plena, quer dizer, o grau de controle que tanto o Estado quanto a União exercem sobre os recursos. Varia de acordo com essas classificações.

Agora, obviamente isso faz com que o Governo Federal perca a capacidade de ele próprio fiscalizar e controlar. E também perde a capacidade de ser reconhecido pelo que faz, porque o que faz aparece sob a forma local, do município ou do estado. Mas é uma questão política, digamos, de menor importância. Pode ser maior para mim, mas de menor importância para o País. Então, o que acontece é que é preciso criar formas de controle da própria sociedade. Existem mecanismos. Teoricamente. Em cada município há um Conselho Municipal de Saúde. E esse Conselho é composto por agentes da comunidade, representantes do sindicatos, das igrejas, das oposições, enfim, é o processo democratizador.

Não se pode imaginar de um país centralizado, como sempre foi o Brasil, de escassa sociedade ativa, que, do dia para a noite, essa sociedade passe a tudo controlar. Ela tem dificuldades nisso. Se olharmos um país como os Estados Unidos, que vêm de uma formação, diria que nesse aspecto quase oposta do Brasil, de comunidades muito ativas, é mais fácil entender a municipalização, a ação local.

Num país como o Brasil, estamos descentralizando sem que haja uma cultura local de responsabilidade pessoal e de controle social pelas decisões. A própria mídia, que é o instrumento mais importante de controle social, se orienta muito mais para o Governo Federal e para os governos estaduais, que para o município. Nós temos 5.513 municípios. É quase impossível haver o controle. Os próprios tribunais de contas têm dificuldade. Não espanta, portanto, que, em geral, os vícios de desvios de recursos – às vezes não é nem de recurso – da utilização na finalidade prescrita de um dado recurso, ocorra muito mais em nível local do que, como no passado, em nível federal, porque os recursos estão muito mais em nível local do que federal.

O Governo Federal passou a ser o repassador de recursos. Um inspirador de políticas tem que ser, até certo ponto, também um controlador, mas tem que induzir a sociedade a uma ação mais ativa.

Isso que eu disse sobre a saúde vale para a escola também. Mas estamos fazendo um imenso esforço de descentralização. Isso está em marcha.

Um dos programas mais importantes, na área social, no meu modo de ver, é o programa que foi feito, chamado Fundef, que é a transferência de recursos federais e estaduais para os municípios, de tal maneira que estes têm uma porcentagem obrigatória para pagar à escola primária e melhorar o salário do professor primário, e melhorar as condições de trabalho das escolas primárias. Isso teve um efeito muito grande, sobretudo no Nordeste, que é a área mais pobre. Isso está sendo feito em grande escala. E isso tem nos permitido, também, avançar. Hoje, temos, em nível de atendimento de escolas, no Ensino Fundamental, 96% das crianças brasileiras.

Ainda hoje, repeti o que eu repito sempre – até pedi que distribuíssem aos senhores aqui, um folheto com alguns dados, na área social – que a transformação do Ensino Fundamental básico em termos quantitativos foi de tal monta, que, agora, temos que fazer face a uma demanda de 10 milhões de matrículas no Ensino Médio nos próximos quatro anos. Dez milhões de matrículas. É uma transformação muito forte que está ocorrendo no sistema educacional brasileiro. Naturalmente, de agora por diante, a crítica vai ser a qualidade. É necessário que seja, mas primeiro a quantidade para forçar, e depois vem a qualidade e o aprimoramento, o aperfeiçoamento.

Estamos fazendo um sistema de treinamento a distância, sobretudo para os professores. Enfim, há muitos programas nessa área. E todos eles vão orientados na descentralização. As escolas recebem dinheiro diretamente do Ministério da Educação. Cada diretora de escola. Com a condição de que haja uma comissão de pais e mestres, uma associação de pais e mestres, para saber o que ela vai fazer com aquele dinheiro. Dinheiro que aqui pode parecer nada – quinhentos reais, mil reais – mas que é uma revolução numa escola do interior do Brasil, porque, daqui de Brasília como é que vai se saber se precisa fazer um banheiro novo, comprar uma cadeira, melhorar o quadro negro, comprar livros? Nós não sabemos. Então, dá-se a responsabilidade para a diretora. E se faz. E cria-se, e estimula-se a criação das associações de pais e mestres, para que isso possa funcionar de uma maneira mais correta.

No caso da educação, pode haver, eventualmente, um ou outro desvio de finalidades, mas no geral, não. No geral, os resultados são mais bem positivos. Os dados educacionais mostram claramente esse avanço. Hoje, quando olharmos, por exemplo, o grau de analfabetismo nas pessoas de até, digamos, 17 anos, caiu fortemente. Mesmo em geral, na média da população. Os mais velhos têm uma taxa maior de analfabetismo. Os mais moços, uma taxa já muito pequena. Então, daqui a dez anos, o analfabetismo deixa de ser um problema vergonhoso para nós. Isso não é algo que se vai fazer. Está sendo feito, está em marcha, está em funcionamento. Agora é um processo.

A área social não se resolve num momento. É um processo, toma tempo, precisa de persistência, precisa de rumo, precisa de clareza de concepção, precisa de decência, precisa de evitar o clientelismo, as nomeações partidárias. Isso praticamente acabou nas áreas que estou mencionando aqui, de saúde, Funasa, de educação e agora da reforma agrária.

Formalmente, estamos criando critérios mais objetivos. É difícil mudar a cabeça das pessoas, mudar a cabeça de todos nós. Não quero acusar ninguém. Todos nós temos que mudar a nossa cabeça, para entender um processo que não é o processo tradicional, é que fulano indica beltrano e não sei o que lá. E que o dinheiro venha centralizado daqui. Vai carimbado para ali. Não pode ser assim. Mas isso é a formação de uma sociedade democrática, que requer, portanto, um desenvolvimento de outra natureza.

Vai nessa mesma linha o que se está fazendo com a reforma agrária. Não vou entrar em detalhes. Isso é mais conhecido. Costumo dizer, para ser mais expressivo: nesses cinco anos e meio de governo desapropriei duas Bélgicas, 16 milhões de hectares de terra. Quer dizer, é muita terra. Com muitos problemas, porque tem que fazer, tornar o assentado um agricultor familiar produtivo. Não é fácil. Muitos não têm treinamento efetivo de agricultura. É preciso ter recursos financeiros. Não havia nenhum programa para agricultura familiar, não só para os assentamentos. Este ano temos – não havia, era zero em 94, e este ano são – em 95 ainda era zero – 3 bilhões e 600 milhões de reais que vão sendo aplicados. Vai levar tempo, dez anos, sei lá quantos anos. Mas ninguém pode governar pensando no dia de amanhã. Tem que pensar no futuro, no País. Então, o processo está desencadeado.

Esses vários processos nas áreas sociais fazem referência a um outro processo, uma outra área que me parece que é fundamental nesta visão de um Brasil que se atualiza para poder participar desse mundo de que comecei falando aqui muito rapidamente.

E há a questão relativa ao desenvolvimento científico e tecnológico. Estamos cuidando de educação de base, estamos tratando de ver se a questão da saúde melhora. Criamos já, temos 125 mil agentes

comunitários de saúde. Isso é uma coisa muito importante, porque vai à casa das pessoas mais pobres, sobretudo, não só no Nordeste. Agora, começamos nas periferias também, mas basicamente Norte e Nordeste, Centro-Oeste também tem. Já temos hoje mais de 20 mil equipes de família, de médicos de família. Um médico, uma enfermeira, duas assistentes de enfermagem e alguns agentes comunitários de saúde andando pelas áreas mais pobres do Brasil.

Ainda ontem, tive uma reunião com os governadores da Amazônia, por causa da questão da malária, que é uma questão que nos preocupa. Ao mesmo tempo em que, por meio do SUS, a medicina curativa está, enfim, está sendo efetiva, dentro das nossas possibilidades. A medicina preventiva está avançando também. Acabamos com muitas dessas doenças, não esse governo, o Brasil acabou com muitas dessas doenças que nos atormentavam no passado.

Sarampo, por exemplo, estamos tentando chegar a zero. E por aí vai. Poliomielite, essas campanhas de vacinação maciça que são muito importantes. Tínhamos quatro vacinas que se davam de uma vez só para a criança. Agora, vão ser seis para moléstias diferentes. Algumas dessas moléstias são persistentes, como a malária. Não há vacina para a malária. Então, tem que ser um trabalho mais do dia-a-dia, de fazer, borrifar os venenos para os mosquitos morrerem. Desde cuidados ambientais, até o tratamento imediato do portador da malária. Enfim, é toda uma coisa muito complexa.

Então, ao mesmo tempo temos que olhar para essa base da sociedade, a mais sofrida, são os famosos excluídos, que não são nem capazes de dizer se melhorou ou piorou a situação de vida deles, porque não são ouvidos, até hoje. Mas é isso que conta.

Temos que pensar no futuro, é pensar nessa gente mais sofrida, mas ao mesmo tempo, temos que ver o nosso desenvolvimento científico e tecnológico, sem o qual nós não vamos ter inserção possível nesse mundo globalizado. Se quisermos ter autonomia, motivada pelo nosso interesse nacional, tem que haver desenvolvimento científico e tecnológico. Bem, em cada uma dessas áreas que foram privatizadas, criamos um fundo para o desenvolvimento científico e tecno-

lógico. Por enquanto, um está funcionando, é o do petróleo. O Congresso aprovou mais cinco ou seis agora: telefonia, águas, vários, não sei se medicina já foi criado, enfim, serão vários.

O do petróleo está rendendo já, se aproximando de 150 milhões de reais por ano. No conjunto, esses fundos todos – repito – estão criados. Ano que vem já devem estar funcionando. Eles devem render cerca de 1 bilhão de reais. Ao redor de 1 bilhão de reais. Para quê? Vinte por cento vão ser para ressarcir as universidades, porque elas se queixam muito, e com razão, de que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – oferece um projeto, uma bolsa, ou um projeto de pesquisa, ou a Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino Superior – Capes – ou órgãos estaduais, a Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo – Fapesp – mas a pesquisa é realizada na universidade. Portanto, a universidade tem um custo, tem um desgaste, não tem o material, falta base na universidade. Então, 20% desses recursos serão destinados às universidades, para utilização, para reforçar a sua estrutura.

Fizemos um outro programa, também de equipamento, que foi terminado agora. Mas, além disso, temos esse programa específico. Serão 200 milhões de reais para as universidades ano que vem, renováveis e extra-orçamentários. Tudo isso é extra-orçamentário. E o resto vai ser para projetos que podem ser feitos na universidade, por ela, fora dela, nas empresas, em cooperação e na base de competição: apresenta o projeto e é financiado. Espero que isso tudo funcione.

Tenho uma longa experiência de funcionário nessas áreas de pesquisa. Ajudei a fundar a Fapesp em São Paulo, quando era professor lá. Eu era assistente ainda. Mas era do Conselho Universitário. A Fapesp é um exemplo de instituição.

Nós temos o CNPq, que é um órgão que tem mais de 50 anos que foi criado. Ao mesmo tempo em que foi criado o CNRS, na França, temos o National Scientific Foundation nos Estados Unidos, criado em 51. Nós não estávamos atrasados nisso. O CNPq vem funcionando. Nós temos hoje, não sei exatamente quanto, mas vamos imaginar que são 50 mil bolsas por ano. São mais. Você multiplica por 50

anos, vê-se que são dois milhões e meio de pessoas que receberam bolsas. É boa massa de gente. Vamos dizer que 20% sejam bons, é muita gente. Já dá para pensar em termos de ciência e tecnologia.

Tecnologia é um pouco mais atrasado, mas estamos avançando. As escolas militares têm um desenvolvimento tecnológico importante. Fizemos muitas coisas importantes, acredito que com essa experiência. Eu tive experiência nos Estados Unidos. Eu fui, durante muitos anos, membro do Social Sciences Council nos Estados Unidos. E o mecanismo era este, o Brasil apresenta o projeto de pesquisa, se dá um *grant*, um pequeno recurso para a pesquisa. Isso tem um efeito seminal enorme.

Bom, acho que temos condições de avançar muito nessa área. Mas além de termos condições de avançar, nós avançamos muito. E por que lhes falo de ciência e tecnologia neste momento? É para juntar com o que eu disse há pouco sobre investimento. Hoje, a decisão de investimento não tem mais a ver, a não ser em casos extremos, com recursos naturais e mão-de-obra barata. Esses recursos são do passado.

Ninguém, nenhum país vai ser grande porque tem muita riqueza natural e muita mão-de-obra. No passado, esse foi um recurso importante. Ainda é, evidentemente que é bom ter ouro, é bom ter ferro, é bom ter tudo isso, mas o que é bom mesmo é ter a tecnologia para poder tirar isso tudo de uma maneira competente e ter capacidade de investir, e ter redes de comercialização, e ter a capacidade de decidir sobre o que vai fazer, com quem vai se associar, como é que vai se lançar nesses mercados globais. Isso tudo requer capacitação técnica e científica.

Passa a ser decisivo ter essa capacitação. Assim como passa a ser decisivo ter, portanto, educação. Como passa a ser decisivo ter boa saúde. Saúde para a população, para o povo. Não é saúde para elite, porque essa sempre tem. Saúde para o povo. Ter uma condição média de vida melhor. Hoje, quem pensar em economia separada do social ou vice-versa é anacrônico. Infelizmente, temos muitos anacrônicos entre nós, de um lado e do outro. Gente que só pensa do ângulo econômico e gente que pensa só no lado social. Não pode. Primeiro que, sem o desenvolvimento social sustentado também, não vai haver desenvolvimento econômico sustentável e vice-versa. Tem que haver essa compreensão.

Sempre me irritei muito com as caracterizações do Governo como neoliberal por causa disso. Nunca acreditei, nem acredito que o mercado resolva a situação dos países. Não. Acabei de falar do Estado, da reorganização do Estado, da necessidade do Estado, dos fundos que são necessários, de investimento, da orientação que tem que ser dada. É uma visão ingênua imaginar que o mercado resolve. Sempre fui muito contra esse tipo de percepção e as acusações que são infundadas, a meu respeito, nessa matéria. Assim como sou contrário a imaginar que é possível desenvolvimento sem desenvolvimento social. Não estou vendo os livrinhos, mas acho que vão receber os livrinhos, para que vejam os compromissos sociais que o Governo teve, numa conferência que houve em Copenhague, e o que nós fizemos em educação, em saúde.

Recentemente, fui ao BNDES e fiz uma conferência. Já tenho uns dados. Não de agora, porque se for de agora, vão dizer que estou defendendo o Governo. Não estou interessado nisso. Estou interessado no Brasil. E mostrei. Até 1989, dizia-se e é verdade, que o Brasil era o país que mais tinha crescido depois do Japão. Em termos *per capita* e em termos de produto. E isso é certo. Nas últimas duas décadas, já não sei se foi assim, porque vieram os Tigres Asiáticos, houve o próprio México. Pode ter havido alguma alteração. Mas a tese predominante é de que a década de 80 foi perdida e de que a de 90 vai pelo ralo. Então, peguei os dados.

Quando se olham os dados – eu até os tenho, mas não vou mencionar – dos anos 80, vê-se claramente que não houve perda de crescimento. Houve ziguezague. Tivemos em 82 e 83 – aí a queda do produto foi negativa, foi forte, não me lembro exatamente quanto – 3, 4%, talvez até mais, pontos negativos. Por quê? Crise do setembro negro lá do México, a primeira do México. Choque de petróleo que tinha ocorrido nos anos 70, de novo nos anos 80. Aí recupera com o Plano Cruzado. E sobe, mas dura um ano só e cai. Depois, no fim volta a subir: 90, 91-92 já começa a crescer – cai muito. Época do governo Collor, cai muito fortemente. Em 92 vai indo. O Plano Real, cresce de novo. Chega a 98, 99 não vai abaixo,

mas fica um ou zero, por causa das crises internacionais. Aí recupera de novo.

No conjunto, de 80 para cá, crescemos razoavelmente em ziguezague. O ziguezague foi menor na segunda metade da década de 90, do Real para cá. Anteriormente era muito forte o ziguezague. Mesmo assim, o saldo era positivo. Nessa década de 90, o saldo é de 24% do PIB. Então a gente não percebe no dia-a-dia. Mas cresceu o PIB: 24% é muita coisa num país. Bom, então não é verdade que o Brasil tenha parado o crescimento econômico. Nem em 80, nem em 90. Embora gostemos de nos autoflagelar e achar isso. Mas quando você vê os dados e compara – e quando compara com outros países não é verdade. Só que houve esse ziguezague. Quando se olham os dados sociais, é mais interessante ainda, porque não teve ziguezague. Cresceu incessantemente, melhorou. A taxa de analfabetismo caiu, a taxa de mortalidade infantil caiu. E por aí vai. Todos os dados sociais são consistentes, melhoraram.

Então o que é que está ruim? Tem muita coisa ruim. Primeiro, o ziguezague é péssimo. É uma gangorra. Quem ganha e depois pára de ganhar, se sente, talvez, pior do que antes de ganhar. Fica com raiva, é natural. Fica irritado, quer mais. Segundo, houve um aumento muito grande de oferta de novos bens. E as pessoas querem ter os novos bens.

Terceiro, o ponto de partida é baixo. Então quando eu digo: cresceu, melhorou tudo na área social, mas melhorou a partir de quando era muito baixo o ponto de partida. Tem que fazer sempre análise comparativa com outros países para ver o que está acontecendo. Porque senão, só num país não dá para saber exatamente se melhorou muito ou pouco, etc. E quando se faz a comparação, falta muito.

Então, não estou aqui cantando loas ao que o Brasil fez nos últimos vinte anos. Mas estou dizendo que o País tem vitalidade. E se tivermos uma política conseqüente nas áreas que mencionei, ele vai poder avançar, e avançar significativamente no século que se aproxima. E apesar de o novo mundo ser um mundo, como disse, e é óbvio, globalizado, é enganoso imaginar que para o Brasil isso significa a nossa exclusão. É o contrário.

Um Estado que existe, forças políticas que, bem ou mal, funcionam, uma capacidade negociadora que o Parlamento tem, uma imprensa que é muito livre. Por essas razões, o Brasil atraiu muito desenvolvimento com essa globalização. Outros países podem se queixar e dizer que estão sendo excluídos. Nós, não. Pode-se dizer que setores do País sim, mas o País como um todo, na proporção do mundo, passou a participar mais ativamente dessa nova divisão. Depende de nós sermos capazes de utilizar, para nosso proveito, a chance que temos. Ninguém vai dar de graça nada. Depende de nós. Mas basta olhar o desenho, o redesenho industrial do mundo.

Onde é que estão as novas fábricas de automóveis no nosso hemisfério? Concentradamente aqui. Onde é que está a petroquímica? Onde é que está a indústria aeronáutica? E o desenvolvimento aeroespacial que nós fizemos, graças à aeronáutica? E vários desenvolvimentos que foram feitos, que capacitaram o País a atrair capitais – e, mais que capitais, atrair tecnologia. Então, quando se olham hoje os dados, estamos num novo patamar de agregação de produto. Uma nova sofisticação na produção. Falta muita coisa.

Especialmente, por causa da crise de 98, com efeitos dramáticos no fim de 98 e 99, houve aí uma perda de velocidade, que nós estamos recuperando. Se forem ler os jornais de hoje, vão ver que um deles fala num círculo virtuoso, que é uma palavra que os economistas gostam muito de dizer e que é difícil de ver concretizada, mas a descrição feita na parte econômica desse jornal é muito clara nesse sentido. Por quê? O que é que acontece, o que está acontecendo esses meses agora, aqui, da metade do ano passado para este ano?

Quando houve a recuperação da economia brasileira com o Plano Real, houve um aumento do poder de compra imediato, porque parou a inflação. Ao parar a inflação, os mais pobres, que não iam com seu dinheiro para o banco, que não tinham, portanto, correção monetária, passaram a ter maior poder de compra automaticamente, porque deixou de haver perda do valor que a inflação roubava do salário. Então, isso aumentou o poder de compra. E, aumentando o poder de compra, aumentou também a produção, aumentou geladeira, televisor,

automóvel, tudo, tudo, até a crise. Na verdade foi mais de uma crise. Mas a maior foi em 98.

Desta vez a retomada de crescimento, por razões que eu não vou entrar em detalhes, está se dando de outra maneira. Qual é esta outra maneira? Por causa do câmbio, o fator que acelerou o crescimento foi a exportação. Setores exportadores passaram a crescer. Estamos crescendo a uma taxa de quase 20% de exportação. Nas exportações é uma coisa interessante. Hoje exportamos mais da metade, somando faturas. *Commodities*, produtos primários, são cerca de 25% do que nós exportamos. Depois, há os semi-industrializados e os industrializados. A maior parte da nossa exportação é de industrializados. Muito bem. Essas estão aumentando mais depressa que as *commodities*.

O preço das *commodities*, de café, de soja, é o mais baixo dos últimos vinte ou trinta anos. O volume não diminuiu, está aumentando. Isso significa que o Brasil recebeu menos recursos do que poderia ter recebido, mas não menos emprego, porque foi produzido o produto. Então houve uma ativação. Esse foi o primeiro momento dessa ativação.

O segundo momento dessa ativação depende da expansão da massa de pessoas empregadas. As estatísticas estão mostrando, nos últimos seis meses, o crescimento do número de empregos, sendo que o mês de maio foi recorde, desde que se tem o registro de emprego no Brasil. A taxa de desemprego parou de subir, que é o primeiro momento. Ao parar de subir, deixa menos aflitos os que estão empregados, aquela angústia de: vou perder meu emprego. Então, deixa menos aflitos os que estão empregados.

Bom, o segundo momento, portanto, é começar a diminuir a taxa de desemprego, mesmo que a taxa não caia, porque a taxa depende do número da oferta de mão-de-obra, e não só da oferta de emprego. Mesmo que ela não caia, havendo aumento do nível de emprego – o que está acontecendo – aumenta a massa de salário. Aumentando a massa de salário, aumenta também a atividade econômica. Aumentando a atividade econômica, então, não só pela exportação, mas começando a aumentar pelo consumo interno, o que acontece? É que é preciso aumentar o investimento para aumentar a produção. E isso dá um ciclo favorá-

vel. É claro que para chegar até isso sofremos bastante. Nada é imune a dificuldades. Mas se está conseguindo. E a taxa de juros caiu.

A taxa de juros, hoje, pela primeira vez, desde que fizemos a Constituição de 88 – eu fui constituinte, não votei assim, porque eu achava que não devia estar na Constituição o valor da taxa de juros, mas lá está escrito que deve ser 12% real ao ano. Pela primeira vez, desde 88, pelo menos, a taxa de juros Selic é de 11%. Porque é 17, mas a inflação é 6. Como a inflação é 6 a 17, o real é 11. Pelo menos, a Constituição está sendo obedecida em matéria de juros. Isso é importante. Mas, mais importante do que isso é que a taxa de juros começa a cair.

Então, existem, efetivamente, condições de uma retomada de crescimento. Vamos retomar, esteja eu certo, para que possamos então ter uma expansão daquilo que conta. É renda. Tem que haver a expansão da renda. A expansão da renda tem que ser traduzida. E ela é consequência do aumento da produtividade, é consequência do aumento da produção, das exportações, mas ela tem que ser consequência são só da expansão do número de pessoas empregadas, mas do nível de salário. Imagino que, a partir do ano que vem, seja possível assistir a uma recuperação mais forte do nível de salário. É necessário isso, para o bem-estar do povo, e também é necessário para que se possa, efetivamente, ter um crescimento sustentado.

Bom, então é assim que estou vendo o panorama. Comecei lá longe, na questão internacional, na questão nacional, as chances que temos. Não acho que se deva ter uma atitude derrotista frente à globalização. Tem que ser uma atitude proativa. O Brasil tem chance efetiva de organizar seu espaço econômico em cooperação estreita com seus vizinhos, de exercer uma posição mais ativa no concerto internacional à condição de nós avançarmos, o mais rápido possível, nas pré-condições sociais científicas e tecnológicas. E de nós mantermos uma política econômica que permita um certo crescimento.

Desculpem-me porque estou falando demais, mas quero deixar claro o que penso sobre essa política. Depois, vou passar para um assunto mais direto das Forças Armadas, mas essa política de crescimento sustentado requer que o Estado ponha em ordem suas fi-

nanças. E lhes disse que um dos problemas que aconteceu aqui é que o Estado passou a ser despoupador líquido, se endividou muito. Por que é que estamos fazendo uma política chamada de ajuste? É por que o Fundo Monetário Internacional quer? Não. Essa política propus em setembro de 98 quando ainda era candidato à reeleição. E disse com todas as letras o porquê e o que se faria.

Em razão do que já se sabe, das desorganizações provocadas pelas crises internacionais, a nossa dívida cresceu demais. Não a externa, a interna. A dívida externa brasileira, a dívida do setor público brasileiro, hoje, não chega a 100 bilhões de dólares. O nosso PIB é de 750 bilhões. Como nós temos 30 bilhões de reserva, a dívida líquida é de 70. Essa dívida, uma boa parte, é para organismos internacionais: BID, Banco Mundial, etc. E o resto é financiado a trinta anos de prazo e tem piso e teto de juros. Eu mesmo negocieei com o Pedro Malan, quando fui Ministro da Fazenda. A preocupação não é a dívida externa do setor público. Há uma outra dívida externa, que é das empresas. Esta, somada à nossa. As duas juntas devem estar em 220 bilhões, mais ou menos, um pouco mais talvez.

A dívida das empresas é o seguinte: a Volkswagen do Brasil, a General Motors, a Alcatel, qualquer uma dessas, toma dinheiro lá fora porque a taxa de juros é mais barata. E essa dívida é da empresa, não é do governo. Quando é que ela se torna do governo? Quando você tem um problema de balanço de pagamento. Quando há uma crise internacional, e não há recursos para transformar real em dólar. Aí complica. Foi o que aconteceu no passado. Não havendo isso, havendo um fluxo normal de refinanciamento essa dívida não é nossa, no sentido do Estado, é das empresas e elas tomam lá fora por que é vantagem para elas.

Bom, então não é essa dívida a mais preocupante. É outra, é do setor interno, as dívidas que o Governo faz para poder pagar a Previdência, para poder pagar os seus gastos correntes, para poder pagar os juros. Bom, fomos pagando os juros sem pagar, quer dizer, é só olhar os orçamentos. Todo ano tem a rolagem da dívida, por isso é que diz: “está pagando não sei quantos bilhões de dívidas?” Não é

verdade. Está rolando a mesma dívida e, em vez de pagar com dinheiro, paga com novos títulos. Por isso, o Governo tem essa facilidade de se endividar, e põe novos títulos e tem dificuldade de pagar a educação e a saúde, porque ninguém vai pagar a educação com título, ninguém vai pagar salário com título. Tem que ser com dinheiro. A dívida se paga com título, emitem-se novos títulos. Até certo ponto, pois chega a um ponto em que o banqueiro diz: “Não, eles não vão ter condições de pagar nunca, e aí complica tudo”.

A nossa dívida tinha começado – por causa daquilo que já disse aqui – a subir demais. Então, para estabilizar a economia, parar a inflação e diminuir a taxa de juros ou evitar que a inflação subisse, por que já tinha parado, é preciso estabilizar a dívida. O compromisso que temos é de estabilizar a dívida interna, e a outra também, mas a interna é que subiu mais, em conjunto elas correspondem, hoje, a 47,5 do PIB. Vejo esse dado publicado com muita estridência.

Agora, conversando com o Rei da Espanha e o Ministro do Exterior, eles disseram: quanto é? Eu disse: 47,5. Ah, na Espanha é 80. Na Itália é 120. Bom, então tem que ser proporcional. Então, se é mais baixa que desses países, por que a preocupação? Duas razões: é que nesses países a taxa de juros é 3, 4 e o prazo de pagamento é 10 anos. Aqui a nossa luta, hoje, não é estabilizar a dívida, porque, ao estabilizar nesses 47,5, que é baixo, do ponto de vista da economia internacional; é conseguir que a taxa de juros caia e que a dívida se alongue, o perfil, é o que nós estamos fazendo.

Quando eu era Ministro da Fazenda se rolava a dívida a cada 2 meses, agora é mais ou menos 1 ano e 2 meses. Ainda é curto porque a confiança ainda não voltou totalmente. A taxa de juros, já disse aqui qual é a taxa de juro real hoje: essa dívida do Governo é paga a 17%, menos 6 dá 11. Mas esse tem que baixar mais, o Governo seria muito estúpido se eles pudessem e não baixassem, porque é ele mesmo quem paga, não depende de um ato meu nem do Banco Central, depende de condições econômicas. Porque se nós baixamos e os emprestadores não aceitam eles bloqueiam a rolagem da dívida, e se bloquear a rolagem da dívida é uma crise. Então, é um mercado que define o

nível dos juros e ele aceita que baixe porque ele está vendo que o Governo está se tornando cada vez mais solvável. Por quê? Porque nós estamos gerando superávit primário. O que é superávit primário? Desconto os juros, o que se recebe de imposto e o que se gasta, e sobra um “x”, e este paga a dívida, diminui a dívida.

O esforço tem sido brutal. Nós estamos gerando um superávit de mais ou menos 3% do PIB, só o Governo Federal tem gerado, o ano passado, os 25 bilhões – não sei se só – mas é mais de 20 bilhões, certamente. E é claro que é duríssimo isso, duríssimo para mim porque vem o Ministro da Saúde, da Educação, da Reforma Agrária, dos Transportes: “Mas, Presidente, com 100 milhões eu faço não sei o quê, com 500 eu resolvo tal problema.” E é preciso ter determinação dura, moral, de convicção de que tem que dizer “não”, porque se não disser não e se for gastar vai ser pior, porque vai subir de novo tudo, vai haver uma paralisação e aí não vai ter é nada.

Bom, tivemos êxito na operação, conseguimos – como eu disse aqui – expandir bastante alguns gastos importantes do Brasil, seguimos muita coisa, inclusive o salário do setor público, mas estamos pondo em ordem este ano, também, esse é o compromisso que o Brasil tem. De vez em quando, eu vejo: “ah, porque o Fundo Monetário disse para fazer isso, para fazer aquilo”. Mas não é possível essa mentalidade colonial. Não, nós informamos que faríamos esse esforço e, por isso, nos emprestaram 41 bilhões. Não o Fundo, mas um conjunto de países, inclusive o Fundo, e já pagamos. Já pagamos o que foi emprestado em 98, já pagamos. Falta pagar, porque não é o caso, o Banco Mundial – Bird – e os empréstimos dos bancos internacionais e do Fundo Monetário: 1 bilhão e pouco, 1 bilhão – eu não sei se é 1 bilhão e meio mais ou menos. Podem dizer: “Por que não paga?” Porque se eu pagar 1 bilhão e meio do Fundo Monetário, o mundo todo vai dizer: “Meu Deus, eles não estão mais cumprindo nenhum programa!” E outra vez volta a desconfiança. Quer dizer, hoje o Brasil, se quiser, paga na hora, não tem nenhuma relação de maior obrigação, pode pagar. Não vai pagar. Não é porque é do Fundo, é porque o Brasil precisa, o País precisa colocar as finanças em

ordem. No ano que vem, sim, pagaremos e terminaremos o programa. O ano que vem, com a economia saudável.

Então, esse é o esforço que estamos fazendo. E estou, talvez, dando muito detalhes, mas é para que se entenda como é que o Governo funciona, quais são os objetivos, porque faz, tem uma lógica, tem um propósito, tem um projeto de Brasil, tem um programa para o Brasil e que se não faz mais depressa aqui ou ali é porque há tais ou quais circunstâncias.

Bom, dito isso, evidentemente temos algumas preocupações. Vou me referir a poucas aqui, é que são mais ligadas, diretamente, às atividades das nossas Forças Armadas.

Foi muito discutido, recentemente, que um país para poder ter, como desenhei aqui, um projeto do tipo que acho que o País precisa ter e tem, de ter uma ação mais afetiva, mais nacional no mundo, ele tem que contar com Forças. Seria impensável – se estou aqui falando de Brasil que reúne o Congresso com América do Sul, fala com a China, com o Japão, com os Estados Unidos, que tem condições de não ficar aí cabisbaixo e pensar com mentalidade colonial que lá de fora dita o que vai se fazer, tem que ter Forças Armadas – adestradas, profissionais, competentes. Essas Forças Armadas podem ajudar e ajudam na questão de segurança e do narcotráfico. Mas, não são e não vão ser, enquanto eu for Presidente, colocadas nesse sistema, porque não é a sua função. Vão ajudar. Temos fronteiras, precisamos ter uma ação na fronteira. Faz parte da destinação constitucional a integridade do território nacional.

O narcotráfico, hoje, é uma preocupação real. Ele é internacional. Temos que ter uma ação muito eficaz de antidroga, de prevenção, mas essa não é a missão. Embora seja importante, que ajudem, na inteligência, na infra-estrutura, nas fronteiras. Temos preocupações sérias. Talvez o problema que mais aflija os brasileiros, hoje, seja a segurança do cidadão. Essa destinação condicional não é nem das Forças Armadas e nem do Governo Federal, é dos governos estaduais. O Governo Federal vai fazer, como está fazendo, uma ação supletiva aos governos estaduais. E talvez uma ação de demonstração. Nós temos, na Polícia Federal, 7 mil, é isso? Um

contingente de 7 mil pessoas. A Polícia de São Paulo, quantas pessoas tem? Oitenta e poucos mil homens. São Paulo, só São Paulo.

Então, evidentemente a segurança do cidadão – aliás, essa não é destinação da Polícia Federal – tem que ser da Polícia Civil, da Polícia Militar, dos vários estados. E o que podemos fazer é uma ação supletiva, de apoio. Apoio, o mais eficaz possível, com presídios, treinamento, aumento de tecnologia, ações sociais, coordenação de ações sociais, ações preventivas antidrogas. Isso o Governo Federal pode fazer, mas não é função das Forças Armadas, ou melhor, não é sua destinação constitucional. Elas são brasileiras, vão ajudar o Estado onde for necessário. Mas é na fronteira. Porque aí é destinação, aí é a soberania do País, mas não é na rua, para deixar bem claro isso.

Dito isso, nós vamos ter que olhar para as nossas Forças Armadas com essa visão desse Brasil renovado pelas circunstâncias nacionais e internacionais e um Brasil que tem ambição de ser um país decente, e que, portanto, precisa ter Forças Armadas treinadas e equipadas.

Devo assinar, esta semana, algumas diretrizes no que diz respeito a reequipamento de Forças Armadas, porque os senhores sabem, melhor do que eu, que tudo isso é custo e leva tempo. Mas tenho a dizer que – gosto de repetir uma frase do general Zenildo – que as Forças Armadas não podem ser mais ricas do que o país ao qual elas servem. Também não podem ser mais pobres. Tem que haver um equilíbrio nessa matéria. Estamos buscando esse equilíbrio. Nunca deixamos de prestar atenção.

No caso específico da Aeronáutica, há uma preocupação maior, por razões que são, também, de conhecimento geral. Vamos atender, dentro do possível, essas aspirações, que são legítimas, de reequipamento, ponderando sempre esses recursos, as possibilidades, mas vamos ter aí um compromisso ativo, como também para com as outras Forças. Mencionei a Aeronáutica porque me parece que é onde a questão de equipamento é mais sensível nesse momento.

O mesmo diga-se com relação à questão que mencionei, de passagem, que é a questão salarial, que aflige a todos os brasileiros e, sobretudo, os brasileiros que servem ao Estado. O Estado brasileiro é um Estado modesto, é um Estado onde há abuso de poucos. E há

uma sub-remuneração da imensa maioria. E essa sub-remuneração é inversamente proporcional à qualificação e à capacitação das pessoas, o que é o mais triste. Nós temos limites de remuneração.

O Executivo, especialmente. O Executivo brasileiro é parco de salários, parco de tudo. Bom, não podemos mudar isso do dia para a noite. Mas vamos, também, encarar essa questão com muita objetividade. Como eu disse aqui, acho que no ano que vem o setor privado – já está começando – o setor privado vai poder ter uma elevação maior de produtividade. Espero que o setor público também.

Acho que é possível – não quero dizer uma palavra que possa ser mal interpretada, sobretudo pelos meus assessores econômicos – mas acho que vamos ter que olhar isso. As pessoas têm que saber para onde é que elas vão. Qual é o objetivo? Se não pode agora, quando vai ser possível? Qual vai ser o horizonte de recuperação da condição, eu diria até que da condição mínima de dignidade profissional. E me refiro não apenas aos militares, porque temos o setor civil do Estado também, que tem tido uma compreensão grande.

Começamos a recuperar algumas carreiras. O senhores têm visto aí. Nós temos feito um esforço. E sempre difícil. Mas não quero elidir esse termo da discussão, porque não é meu jeito de ver. Não estou negando as dificuldades, mas eu reconheço a necessidade. E assim como disse, na questão de equipamento, vamos ter diretrizes. Essas serão breves, espero, também – na Casa Civil há estudos dessa matéria, não posso dizer porque não li – mas espero ter, também de uma forma bastante concreta, um escalonamento que permita ter um horizonte de recuperação salarial que é necessário para que possamos, enfim, enfrentar as grandes questões para as quais estamos sendo desafiados pela própria sorte do Brasil neste momento.

Eram essas as palavras que eu queria trazer. Perdoem-me. Como de hábito, falei além do limite. Mas é que me entusiasma sempre falar sobre o Brasil.

Muito obrigado.